

AS INTERPRETAÇÕES DO BRASIL DO SÉCULO XIX À LUZ DA ECONOMIA INSTITUCIONAL

Sarah Regina Nascimento Pessoa¹

Área 1: Metodologia e História do Pensamento Econômico

JEL: B31, B52, N01

Resumo

Mediante a insuficiência de explicações de cunho institucionalista para interpretar a formação econômica brasileira, o presente trabalho tem por objetivo realizar uma comparação à luz do arcabouço institucional das narrativas históricas de Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior e Celso Furtado sobre a evolução da economia brasileira no século XIX. O mérito deste *paper* consiste na junção de tais literaturas. Não se trata de um trabalho inovador na contemplação dos fatos, mas na sua interpretação.

Palavras-chave: Intérpretes do Brasil; Economia Institucional; Roberto Simonsen; Caio Prado Júnior; Celso Furtado.

Abstract

Due to the insufficient explanations of an institutionalist nature to investigate Brazilian economic evolution, the present work aims to make a comparison in the light of the institutional framework of the historical narratives of Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior and Celso Furtado about the evolution of the Brazilian economy in the century XIX. The merit of this paper is the combination of such literature. This is not an innovative work in contemplating the facts, but in its interpretation.

Keywords: Brazil's Interpreters. Institutional Economics; Roberto Simonsen; Caio Prado Jr.; Celso Furtado.

¹ Professora Adjunta do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: sarah.pessoa@feac.ufal.br.

1. Introdução

A investigação sobre a obra dos Intérpretes do Brasil integra um amplo e rico campo de discussão acadêmica. O pensamento social brasileiro no fim do século XIX e início do século XX – através de Francisco Varnhagen, Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Oliveira Viana, entre outros – buscou entender a identidade brasileira, levantando questões como: o que é o Brasil? Qual o significado de ser brasileiro? Quais as razões do atraso do Brasil e como superar os gargalos? Para onde caminha o país?

A partir dos anos 1930 até o fim do processo de substituição de importações, visualizou-se um momento de grande impulso das interpretações do Brasil, com obras de maior robustez teórica. Trata-se de um período de importantes mudanças – industrialização, urbanização, mudanças políticas e institucionais. Destacam-se Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Milton Santos, Raymundo Faoro, Darcy Ribeiro, Ignácio Rangel, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso etc.

Reis (2002, p. 10) assinala: “Interpretar é atribuir sentido a um mundo histórico e determinado em uma época determinada”. É sabido que cada historiador elabora suas perguntas de pesquisa, utiliza-se de diversas fontes e técnicas, apoia-se em conceitos, problemas e documentos. Portanto, tem-se que o conhecimento histórico pode ser aprofundado pelas diversas abordagens e pelo refinamento metodológico ao trabalhar as fontes.

A interpretação é fundamental, pois é através dela que se racionaliza, ou melhor, é possível dar sentido aos fatos históricos. Por meio das suas obras históricas de síntese, Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior e Celso Furtado realizam o esforço de pensar o Brasil em perspectiva histórica pois, por meio da compreensão do seu passado, torna-se possível entender o presente e repensar o futuro. Segundo Caio Prado (1972), a historiografia tem um papel essencial neste processo, pois através da sistematização da experiência coletiva do homem e a sua teorização, busca-se orientar e conduzir a ação humana.

Ao resgatar a utilização do método comparativo na historiografia ocidental do século XX, Fausto e Devoto (2004) destacam Marc Bloch como grande referência. Este último praticou história comparada em dois de seus grandes livros, a saber: *Os reis taumaturgos* e *Les Caractères originaux de l'histoire rurale française*. Seu diferencial foi conceber o comparativismo como instrumento vinculado à prática do historiador, e não como procedimento teórico. Bloch sugere dois requisitos para a história comparada: certa similaridade nos fatos observados e certa dessemelhança dos ambientes em que eles ocorreram. Por meio dessa combinação, apresenta-se um frutífero campo para a análise comparativa.

O presente trabalho não se propõe a realizar história comparada. Apresenta-se como principal objetivo realizar uma comparação à luz do arcabouço institucionalista das narrativas históricas de Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior e Celso Furtado, no tocante as suas narrativas sobre o século XIX.

A riqueza de tal confronto está não apenas nas semelhanças, mas especialmente nas diferenças. As diferentes técnicas, approach teórico, fontes e conceitos utilizados por cada autor explicam as distintas visões sobre os mesmos fatos históricos. Para Roberto Simonsen a chave interpretativa da história do Brasil está associada ao seu projeto de industrialização brasileira e dá suporte à argumentação mais puramente econômica, que se estrutura em torno do protecionismo e do planejamento (CURI, 2014).

A história do pensamento de Caio Prado Júnior – historiador, geógrafo e militante do Partido Comunista – foi marcada por sua criatividade teórica e independência política. Prado Júnior usou suas raízes políticas como uma ferramenta crítica e não dogmática na construção de um pensamento que confrontava as ideias dominantes da esquerda brasileira (baseado na transposição dos esquemas de análise soviéticos para o Brasil), e tornou-se pioneiro na utilização do materialismo histórico de Marx na apreensão da formação econômica e social do Brasil.

Bielschowsky (2009) denomina o livro *Formação Econômica do Brasil* de Celso Furtado como obra prima do estruturalismo cepalino, ademais, esta obra faz uso do aparato analítico keynesiano. O pano de fundo de sua investigação – que veio a constituir-se como “problema” central da pesquisa furtadiana – é a compreensão do atraso brasileiro e as especificidades do subdesenvolvimento.

Faz-se uso das contribuições do arcabouço teórico institucionalista para discutir o conceito de instituições e o processo de mudança institucional. Em razão da miríade de correntes, optou-se por focar a discussão nas contribuições de Geoffrey Hodgson e Ha-Joo Chang. Tais autores apresentam uma nítida

influência dos Antigos Institucionalistas, bem como compartilham de várias similaridades em suas construções teóricas.

Este estudo visa contribuir com a área de história do pensamento econômico, através da sistematização das interpretações dos autores supracitados, qualificando suas posições e críticas. Aponta-se para a insuficiência de explicações de cunho institucionalista para interpretar a formação econômica brasileira. O mérito deste trabalho consiste na junção de tais literaturas. Depreende-se que não se trata de um trabalho inovador na contemplação dos fatos, mas na sua interpretação.

Com vistas a alcançar o objetivo proposto, a discussão está dividida em quatro seções. A primeira se refere a esta breve introdução. A segunda volta-se ao debate do arcabouço teórico institucionalista, sob a perspectiva de Hodgson e da Economia Política Institucionalista de Chang. A terceira parte apresenta as interpretações Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior e Celso Furtado sobre o século XIX. Nesta mesma seção, delinea-se um diálogo entre as narrativas dos intérpretes e as proposições teóricas da economia institucional. Por fim, são tecidas as considerações finais deste estudo.

2. Instituições e Mudança Institucional

O florescimento da escola institucionalista remonta ao final do século XIX nos Estados Unidos. Veblen, Commons e Mitchell formam o tripé do “velho” institucionalismo norte-americano. Críticos ao neoclassicismo, eles trazem as instituições para o centro da análise ao invés do indivíduo, tendo em vista sua importância na evolução da sociedade². Tal abordagem utiliza-se fortemente do conceito de *path dependence*, atentando para as especificidades locais, dada a heterogeneidade institucional, e substituindo o conceito de equilíbrio pelo processo evolucionário.

Conceição e Gabriani (2019) argumentam que alguns simpatizantes do institucionalismo, como Gunnar Myrdal, qualificam os antigos institucionalistas de “empiricismo ingênuo”. No entanto, não se pode deixar de pontuar o seu legado para os desenvolvimentos teóricos posteriores desta abordagem.

A economia institucional, segundo Hodgson (1998), não possui uma estrutura teórica universal que relaciona a uma escolha racional, gerando uma teoria dos preços, bem estar econômico e etc. Em oposição a essa construção, tal abordagem pressupõe outros elementos para revelar como grupos específicos de hábitos comuns estão *embedded* em instituições sociais específicas. Em desacordo com o *mainstream*, a abordagem institucionalista traz algumas novidades:

First, there is a degree of emphasis on institutional and cultural factors that is not found in mainstream economic theory. Second, the analysis is openly interdisciplinary, in recognizing insights from politics, sociology, psychology, and other sciences. Third, there is no recourse to the model of the rational, utility-maximizing agent. Inasmuch as a conception of the individual agent is involved, it is one which emphasizes both the prevalence of habit and the possibility of capricious novelty. Fourth, mathematical and statistical techniques are recognized as the servants of, rather than the essence of, economic theory. Fifth, the analysis does not start by building mathematical models: it starts from stylized facts and theoretical conjectures concerning causal mechanisms. Sixth, extensive use is made of historical and comparative empirical material concerning socio-economic institutions (HODGSON, 1998, p. 173).

A heterogeneidade conceitual dentro da economia institucional não representa fragilidade, ao contrário, revela a riqueza deste pensamento ao conceber as instituições sob uma diversidade de enfoques analíticos (Samuels, 1995). Para a vertente percussora, entende-se por instituições algo semelhante a cultura, envolvendo crenças, valores e padrões de comportamento. Segundo Veblen (1988), a evolução socioeconômica é considerada como um processo de seleção, combinada com processos simultâneos de adaptação de indivíduos e instituições ao seu ambiente. Nesta visão, as instituições são vistas como um desdobramento dos processos de pensamento rotineiros que são compartilhados por um número de pessoas em uma determinada sociedade, como descrito por ele “[...] settled habits of thought common to the generality of men” (VEBLEN, 1909, p. 626). Assim, as instituições são formadas por e formativas do comportamento humano. Para este autor, a história evolui como processo “absurdista”, com trajetória cega. Assim, não há um processo determinístico de progresso, dado que o processo histórico é “absurdista” e não dialético.

² Isto, por si só, já é uma primeira mudança em relação à teoria neoclássica, que assume a estrutura institucional como dada e coloca os indivíduos como centro decisório, norteados por uma racionalidade maximizadora.

Após 1960, duas vertentes ganharam força a partir das ideias do “velho” institucionalismo. A primeira é intitulada de Nova Economia Institucional (NEI). Em uma ênfase não convencional, tal abordagem apresenta uma preocupação com aspectos microeconômicos, com foco na teoria da firma, mesclada com história econômica, economia de direito de propriedade e organização industrial (CONCEIÇÃO, 2000). O conceito de instituição apresenta um sentido mais restrito, lembrando “regras do jogo”, em uma concepção mais próxima à teoria dos jogos. Por conseguinte, novos conceitos foram incorporados ao ideário institucionalista, como custos de transação, regras formais, aprendizagem, etc. Embora a aproximação com a microeconomia tradicional, essa abordagem é crítica aos princípios de racionalidade substantiva e de maximização neoclássica. Desta corrente, destacam-se Coase, Williamson e Douglas North.

A segunda vertente, denominada neo-institucionalista ou institucionalista evolucionária, direcionou-se ao resgate da antiga tradição de Veblen, Commons e Mitchell. Esta corrente rejeita as noções de “otimização” e “equilíbrio” e ressalta que o conceito de *path dependence* é fundamental para compreensão da economia. Por meio de uma definição de natureza mais histórica, as instituições estão associadas a estruturas, organizações, conjunto de leis, moeda, sistema financeiro, sistema jurídico, etc. A interdisciplinaridade é um traço forte nesta abordagem, portanto, o ambiente histórico e social se faz necessário na análise econômica. Os nomes mais destacados são Hodgson, Ramstad, Rutherford, Samuels, Mark Tool, Stanfield, dentre outros.

A Economia Política Institucionalista (EPI), proposta na obra de Ha-Joon Chang, não está ligada pela literatura a nenhuma das correntes acima delineadas. Tal abordagem apresenta críticas à economia neoliberal³, bem como a abordagem proposta pela NEI. Segundo Grazziotin, Avila e Herrlein Júnior (2015, p.115), a EPI é apontada como aberta, pois “[...] não refuta diretamente as diferentes visões teóricas que tratam as instituições, mas as engloba”. Em linhas gerais, Chang afirma que a EPI almeja:

[...] development of the tradition found in the classic works of authors such as Karl Marx, Thorstein Veblen, Joseph Schumpeter, Karl Polanyi, Andrew Shonfield and Herbert Simon [...]. This tradition [...] differs from the new institutionalist economics (NIE) in a number of important respects [...] but most importantly in seeing institutions not simply as constraints on the behaviour of the pre-formed and unchanging individual as in the NIE, but in seeing them also as shaping the individuals themselves. (CHANG, 2001, p.14).

Em razão da diversidade de correntes dentro do pensamento institucionalista, optou-se, neste trabalho aprofundar o debate mediante as contribuições de Geoffrey Martin Hodgson e Ha-Joon Chang.

O britânico Geoffrey Hodgson tem se destacado na tarefa de resgatar o “velho” institucionalismo norte-americano. Suas contribuições não se limitam apenas a tal retomada, mas também se voltam à atualização e o avanço deste pensamento econômico. Hodgson (1992) aponta que o grau de imprecisão nos termos em que as ideias evolucionárias de Veblen foram expressas impediram seu desenvolvimento teórico. No entanto, ele apresenta um importante legado ao proporcionar uma interpretação que possa analisar a ciência e a tecnologia no capitalismo moderno como motores do avanço econômico e social, bem como a relevância dos princípios evolutivos da biologia para a teoria da mudança tecnológica⁴.

Jameson (2006) engloba Hodgson e Chang em uma mesma corrente, por ele intitulada de Nova Antiga Economia Institucional (*New Old Institutional Economics*). Cavalcante (2014) ressalta que Chang se aproxima de Hodgson quanto à permeabilidade entre instituições e indivíduos, contrariamente à Nova Economia Institucional (NEI), que adota um “modelo de baixo para cima”.

Hodgson e Chang reagem a uma definição estrita de instituição como regra restritiva ao comportamento individual, trazendo o pensamento vebleniano para o debate na tentativa de construir uma visão de instituição mais conectada à ação humana. Isso fica claro na ideia de Chang de que as instituições seriam mecanismos capazes de restringir, constituir e possibilitar a ação humana, ou seja, as instituições seriam capazes de moldar a visão de mundo dos indivíduos. Essa ideia de instituição é compatível com a proposição de Hodgson de um “modelo reconstitutivo de cima para

³ Chang apresenta uma forte objeção ao paradigma neoliberal, que, segundo o autor é resultado da união entre o instrumental teórico neoclássico e a filosofia política e moral da escola austríaca (CHANG, 2001).

⁴ Este autor também reivindica que o uso de Veblen do pensamento evolutivo da biologia era muito mais extenso do que o de Schumpeter. Assim, Veblen deveria ser colocado entre as figuras fundadoras da economia evolucionária moderna, talvez até a maior de todas (HODGSON, 1992).

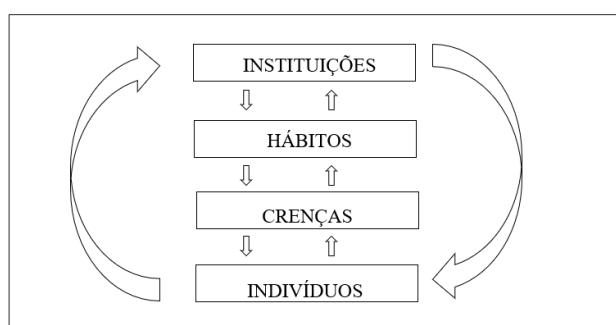
baixo”, em que o hábito cumpre um importante papel de reforçar padrões de comportamento cristalizados em instituições. (CAVALCANTE, 2014, p.385).

Hodgson (2006, p.2) define instituições “[...] as systems of established and prevalent social rules that structure social interactions. Language, money, law, systems of weights and measures, table manners, and firms (and other organizations) are thus all institutions”. Esse autor sugere um indissolúvel círculo de determinação mútua entre indivíduos e instituições. Assim, estas últimas moldam e são moldadas pela interação humana. Hodgson (1998) aponta que as instituições são tanto ideias subjetivas nas cabeças dos agentes quanto estruturas objetivas encaradas por eles.

Os hábitos são o material constitutivo das instituições e as proporcionam maior durabilidade, poder e autoridade normativa. O autor esclarece que os hábitos são adquiridos no contexto social e não pela transmissão genética e são originados do comportamento repetido dos indivíduos (HODGSON, 2006). No entanto, Hodgson argumenta que hábito não é sinônimo de comportamento, mas propensão a determinada conduta condicionado a dada situação.

Em contraste ao individualismo metodológico⁵ e inspirado nos escritos de Veblen, a partir de sua análise da causação cumulativa, Hodgson desenvolve o conceito *Reconstitutive Downward Causation*.

Figura 1 – Reconstitutive Downward Causation



Fonte: Moraes, Castelli e Clemente (2019, p.218), elaborado a partir de Hodgson (2006).

Moraes, Castelli e Clemente (2019) indicam que as setas apontadas para cima representam os estímulos geradores do nível superior e as apontadas para baixo, bem como as laterais, representam o *feedback* de cada nível superior para o inferior. Dessa forma, tem-se que as instituições afetam os indivíduos, em um efeito descendente. Estes últimos, por sua vez, darão um *feedback* através de seus hábitos, comportamentos e rotinas, em um efeito ascendente. Compreende-se, a partir de então, a relação entre indivíduos e sociedade, no qual há uma causalidade bidirecional.

Como já exposto, as instituições dependem dos indivíduos, suas interações e de padrões de pensamentos compartilhados. Assim, o processo de transformação institucional ocorre em função das mudanças de hábitos de pensamento e nas ações dos agentes econômicos que se adaptam aos novos contextos ambientais e materiais, como proposto por Veblen (1988). Frente ao novo âmbito, alteram-se, inicialmente, as crenças dos indivíduos e, por conseguinte, elas se tornam hábitos, os quais são convencionaados como instituições. Por outro lado, as novas instituições podem alterar as crenças e hábitos, formando o processo de causação circular da transformação do arranjo institucional, que foi delineado acima.

Contudo, este processo de mudança também é caracterizado pela inércia. Dado o enraizamento, as instituições tendem a se perpetuar, criando, assim, uma dependência da trajetória no crescimento e desenvolvimento das nações.

The existence of reconstitutive downward causation does not mean that institutions directly, entirely, or uniformly determine individual aspirations, merely that there can be significant downward effects. Insofar as institutions lead to regularities of behavior, concordant habits are laid down among the population, leading to congruent purposes and beliefs. In this way the institutional structure is further sustained. Because institutions simultaneously depend upon the activities of individuals and

⁵ O oposto do individualismo metodológico não é o coletivismo metodológico, como explica Hodgson (1998, p. 172): “[...] the proposed alternative is not a methodological collectivism where individual behavior is entirely explained by the institutional or cultural environment. Complete explanations of parts in terms of wholes are beset with problems of equivalent stature to those of the inverse procedure. Just as structures cannot be adequately explained in terms of individuals, individuals cannot adequately be explained in terms of structures”.

constrain and mold them, through this positive feedback they have strong self-reinforcing and self-perpetuating characteristics. Institutions are perpetuated not simply through the convenient coordination rules that they offer. They are perpetuated because they confine and mold individual aspirations and create a foundation for their existence upon the many individual minds that they taint with their conventions. (HODGSON, 2006, p.7).

Ao sugerir essa permeabilidade mútua entre instituições e indivíduos, Chang segue um caminho semelhante ao de Hodgson. Sob uma perspectiva crítica à NEI, Chang e Evans (2000) apresentam a seguinte definição de instituições:

Institutions are systematic patterns of shared expectations, taken-for-granted assumptions, accepted norms and routines of interaction that have robust effects on shaping the motivations and behaviour of sets of interconnected social actors. In modern societies, they are usually embodied in authoritatively coordinated organizations with formal rules and the capacity to impose coercive sanctions, such as the government or the firms. (CHANG; EVANS, 2000, p. 2).

Nessa definição estão contempladas uma diversidade de elementos: instituições formais (leis, normas, originações, direito de propriedade) e informais (cultura, valores, costumes). Quando tais normas e rotinas de interação são incorporadas em organizações formais de poder coercitivo, são classificadas como formais. Quando só existem, mas não são incorporadas formalmente, trata-se de instituições informais. As primeiras, embora sejam criadas para serem estáveis, mostram uma maior capacidade para mudanças. As últimas não são imutáveis, mas demoram mais para serem alteradas. Na EPI, sua interação é fundamental para entender os resultados de políticas em ambientes institucionais distintos (GRAZZIOTIN; AVILA; HERRLEIN JÚNIOR, 2015).

Chang (2008) apresenta duas características importantes das instituições formais no debate sobre desenvolvimento econômico: a forma e função. Em suas palavras: “[...] a forma institucional pode não ser particularmente importante, já que a mesma função pode ser desempenhada por diferentes formas institucionais [...]” (CHANG, 2008, p. 17). Tal “fetiche formal” – que relaciona a forma a uma determinada função – é problemático, pois nega a diversidade real das instituições e ignora as especificidades de cada sociedade. As instituições não funcionam no “vácuo” e, no “transplante institucional”, é preciso levar em consideração as interações com instituições locais (CHANG, 2008). Portanto, excluir a forma do debate não é viável, na medida em que esvazia o discurso e impossibilita propor quaisquer políticas concretas.

No tocante à função, Chang (2008) esclarece que elas podem ser diversas, como por exemplo, de coordenação, inovação, administração, coesão social e redistribuição de renda. Ele afirma que não é possível identificar uma única lista de funções e formas de instituições essenciais ao desenvolvimento econômico, na medida em que uma mesma instituição pode desempenhar mais de uma função, ou várias instituições podem desempenhar a mesma função, podendo ou não coincidir. Para além, a mesma função pode ser exercida por distintas instituições em diferentes sociedades.

Para além do debate sobre forma e função, Chang e Evans (2000) consideram três características que coexistem na análise da EPI sobre instituições. A primeira está relacionada ao caráter limitador e restritivo do comportamento dos indivíduos. A segunda põe em evidência as instituições que possibilitam que certos objetivos sejam alcançados. Um exemplo é o direito de propriedade intelectual, que permite o engajamento em pesquisa e inovação e garante os ganhos para o inovador, eliminando a possibilidade de outros agentes copiarem a ideia desenvolvida. A terceira característica é a mais destacada e constitui um dos elementos centrais da EPI, que é o papel constitutivo das instituições sobre os valores, interesses e visão de mundos dos indivíduos e grupos. Segundo os autores, todas as instituições têm uma dimensão simbólica que incorpora valores e visão de mundo, influenciando os indivíduos que interagem com as mesmas: “[...] as we continue to behave under a certain set of institutions, we begin to internalize the values embodied in those institutions, and as a result our selves begin to change” (CHANG; EVANS, 2000, p.7-8). No entanto, para não cair em um determinismo estrutural, a EPI se aproxima da argumentação de Hodgson e propõe que os indivíduos influenciam na forma com que as instituições são formadas e dirigidas. Postula-se uma relação bidirecional entre motivações individuais e instituições sociais. Ou seja, instituições e indivíduos são mutualmente constitutivos.

No tocante à mudança institucional, Chang (2008) apresenta críticas às teorias ortodoxas, tendo em vista seu viés fatalista. Nessas teorias, as instituições são determinadas por elementos imutáveis, tais como clima, disponibilidade de recursos naturais e tradições culturais, que formam padrões institucionais com pouca probabilidade de serem alterados. Um exemplo é a interpretação de que o clima temperado dos

Estados Unidos determinou naturalmente o reduzido tamanho das propriedades de terra, levando a maiores demanda por democracia e educação. Por sua vez, o clima tropical dos países latino-americanos foi decisivo para o desenvolvimento de uma agricultura latifundiária, o qual teria levado a resultados opostos.

O grande erro de tais teorias, segundo Chang e Evans (2000) e Chang (2008; 2011), é falta de entendimento de que as “tradições” não são imutáveis. Culturas e instituições mudam e, em muitos casos, isso ocorre de forma dramática. Sob tal perspectiva, as escolhas dos indivíduos não são necessariamente determinadas por seus interesses econômicos “objetivos”. As ideias e instituições moldam a percepção de seus interesses e, por vezes, podem desafiar sua consecução:

Em resumo, é possível romper com o determinismo cultural/institucional que domina o pensamento ortodoxo apenas se entendermos a complexidade de culturas e instituições, por um lado, e se aceitarmos a importância da agência humana para mudanças institucionais. Apenas se aceitarmos a natureza multifacetada de culturas/instituições e a existência de tradições culturais/institucionais alternativas em uma sociedade, poderemos compreender que as coisas em que as pessoas acreditam e o que elas fazem é realmente relevante. (CHANG, 2008, p. 26).

Assim como o fatalismo, a concepção conhecida como voluntarismo também é negada por Chang. Nesta, as instituições são totalmente moldáveis, dependendo apenas de vontade política para promover mudanças. Chang critica essa visão e argumenta que, dado o papel constitutivo das instituições, a trajetória de mudança institucional é *path dependence*. Isto restringe que as instituições existentes tenham total flexibilidade para mudança, pois elas evoluem em uma trajetória limitada pelas escolhas do passado (CHANG, 2011).

Observa-se que a EPI aponta para uma abordagem culturalista das instituições. Segundo Grazziotin, Avila e Herrlein Júnior (2015), tal perspectiva destaca o papel da estrutura na formação dos indivíduos, como também dá margem para que ele tome diferentes trajetórias em suas escolhas, podendo levar a alterações nas instituições. Ou seja, por meio do papel constitutivo das instituições, o ambiente institucional é importante para a construção de visão de mundo dos agentes. De forma simultânea, as distintas ideias dos indivíduos dão margem a agência humana que, por meio das suas escolhas realizadas, deliberadas e baseadas em ideias, modificam as instituições ao longo do tempo.

Chang e Evans (2000) apresentam duas principais formas de explicar a transformação institucional. A primeira é baseada na eficiência e a segunda nos interesses. No primeiro caso, os autores partem do pressuposto de que a noção de eficiência dos agentes tem uma dimensão subjetiva e é caracterizada pela racionalidade limitada. As instituições, por sua vez, tornam o mundo complexo mais inteligível, na medida em que restringem as opções de comportamento e mantém a escassa atenção dos agentes à uma reduzida gama de possibilidades.

Bounded rationality, according to this vision, makes it inevitable that we operate with a mental “model” of the world (or value system, ideology, worldview, or whatever we may choose to call it) that may not necessarily be a good, not to speak of being perfect, model of the real world. Given the adherence to a certain worldview by the actors, they may prefer a certain institution because it happens to fit their worldview (or “moral values”), even when it is not necessarily efficiency-enhancing from an “objective” point of view. (CHANG; EVANS, 2000, p. 11).

A citação acima reforça o caráter subjetivo do “modelo” mental criado pelos agentes. Tal perspectiva nega que as instituições criadas sejam as mais eficientes, sob um ponto de vista de algum critério “objetivo”. Portanto, destaca-se novamente a trajetória dependente da evolução das instituições, na medida em que as escolhas do passado determinam as possibilidades no futuro.

Na segunda explicação, assume-se que interesses de certos grupos ou organizações moldam as instituições. Tais interesses não são dados de forma exógena. Por meio de uma visão culturalista, aponta-se que eles estão estruturados em instituições políticas e sociais. Tem-se que a mudança institucional não é simplesmente um projeto material, mais também um projeto cultural, na medida em que requer uma mudança na visão de mundo dos agentes envolvidos. Ou seja, são “[...] simultaneously material and symbolic transformations of the world, which involve not only shifts in the structure of power and interests, but in the definition of power and interests” (CHANG; EVANS, 2000, p. 13).

Levando em consideração o papel constitutivo das instituições, em que as pessoas internalizam os valores enraizados das instituições, os autores concebem nesta explicação a possibilidade de “manipulação cultural” por indivíduos, grupos ou organizações. O papel da agência humana, por sua vez, é de grande

relevância pois, mesmo sob influência das instituições, os agentes interpretam o mundo e acabam por desenvolver discursos para justificar a sua visão de mundo particular (CHANG; EVANS, 2000).

Ainda no que se refere às mudanças institucionais, Chang (2008) apresenta uma analogia com a tecnologia para entender como esse processo pode ocorrer. As instituições podem ser inseridas na sociedade a partir de três processos, a saber: imitação, adaptação e inovação. Os países de desenvolvimento tardio, por exemplo, podem importar (processo de imitação) instituições de países mais desenvolvidos sem pagar pelos mesmos preços. Ou seja, sem arcar com os custos de desenvolvimento destas. No entanto, assim como na imitação tecnológica, a imitação institucional é raramente suficiente, na medida em que elementos tácitos devem ser considerados neste processo. No tocante à inovação institucional, Chang (2008) afirma que este tem sido a principal fonte para o sucesso econômico de vários países. Contudo, ele faz uma ressalva importante:

Obviamente, isso não significa que culturas/instituições podem ser mudadas conforma nossas vontades. Jacoby (2000) enfatiza o papel da legitimidade no processo de mudança institucional. A não ser que novas instituições gozem de alguma legitimidade política junto aos membros da sociedade em questão, a instituição não funcionará. Para conquistar esta legitimidade, a nova instituição deve ressonar com a cultura/instituições existente, o que limita o escopo possível das inovações institucionais. (CHANG, 2008, p.29).

Em suma, depreende-se que a mudança institucional depende de uma combinação de interesse e projeto cultural/ideológico, em que a visão de mundo molda os interesses e vice e versa. Tal processo é caracterizado pela complexidade, envolvendo interações de forças multidirecionais e muitas vezes sutis entre forças econômicas “objetivas”, ideias, interesses e as instituições existentes. Destaca-se também a importância de compreender como o processo de construção e sustentação institucional gera tensões e contradições que impulsionam a mudança, bem como os choques exógenos podem desencadear e direcionar tais processos (CHANG; EVANS, 2000). Dessa forma, cada nação vai apresentar suas especificidades históricas, de acordo com a maneira com que os conflitos derivados de tal processo são solucionados.

3. As Interpretações de Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior e Celso Furtado em Perspectiva

Ao examinar as obras dos intérpretes do Brasil supramencionados, verifica-se duas periodizações temporais nas análises sobre o século XIX. Roberto Simonsen e Caio Prado Júnior fazem uso de uma divisão mais “clássica” na literatura, na qual apontam a transferência da Coroa portuguesa para o Brasil como marco do fim do período colonial. Para Simonsen, tal evento estabeleceu uma inversão política, que desencadeou o movimento político emancipacionista e, posteriormente, as transformações da economia nacional. Referenciando Roberto Southey, Simonsen (1969, p.499) reafirma que a transferência da Corte “Fecha esse sucesso os anais coloniais do Brasil”. De forma mais categórica, Caio Prado (1970, p.250) declara que “[...] a era colonial termina propriamente para o Brasil em 1808, embora a separação oficial date de quatorze anos depois”. Como esse marco inicial, Caio Prado subdivide sua narrativa em dois momentos: i) 1808 a 1850, que corresponde ao ajustamento a independência política e autonomia econômica; ii) a segunda metade do século XIX, que está relacionado a consolidação da transformação na estrutura econômica.

A análise de Celso Furtado extrapola os limites dos oitocentos e abarca o último quartel dos setecentos. Na quarta parte do livro *Formação Econômica do Brasil*, intitulada “Economia de Transição pra o Trabalho Assalariado, século XIX”, o autor subdivide o período de 1775-1899 em dois, a saber: i) 1775-1850, caracterizado pela inexistência de um mercado interno, fraco desempenho do setor exportador⁶ e transição política; ii) a segunda metade do século XIX, marcado pelo crescimento das exportações, liderados pelo café, e formação de um mercado interno, com a introdução do trabalho livre. Desdobrando-se, portanto, em uma transição econômica.

Um ponto em comum na análise de Caio Prado e Celso Furtado é a diferenciação entre “período/era” colonial e o caráter colonial da economia. No livro *Formação do Brasil Contemporâneo, colônia* de 1942, Prado Júnior consagra o marco interpretativo “sentido da colonização”. Para o autor, o

⁶ Os adventos do fim do último quartel do século XVII, como a Guerra da Independência dos Estados Unidos, Revolução Industrial da Inglaterra e o colapso da produção antilhana beneficiou todos os produtos da colônia. No entanto, Celso Furtado (2007) qualifica que tal prosperidade foi precária, pois estavam fundadas em condições de anormalidade do mercado. A prosperidade vivida pelo Maranhão havia sido de efeitos locais e não houve repercussões para o resto da economia.

sentido toma o aspecto de uma vasta empresa comercial destinada a explorar os recursos naturais em proveito do comércio europeu. Assim, a formação brasileira tem como base o caráter mercantil, com interesses voltados para fora do país⁷. Tal marco é incorporado por Furtado em sua tese de doutorado, escrita em 1948⁸. No livro *A Economia Brasileira* de 1954, Celso Furtado qualifica seu entendimento sobre sistema de economia colonial. Para ele: “[...] aplica-se àquele que não pode crescer senão por indução do crescimento de um outro sistema, melhor ainda àquele que não é capaz de criar o seu próprio impulso de crescimento” (FURTADO, 1954, p.15).

Para ambos, o período colonial vigorou até a independência política em 1822. Já o caráter colonial da economia foi além. Na visão de Caio Prado, o caráter da colonização se conserva na evolução país⁹. Tal discussão será ampliada posteriormente. De antemão, aponta-se que a linha argumentativa que permeia a obra deste autor é de contradição, sua interpretação da evolução brasileira se configura pela ótica da mudança com continuidade. Já para Celso Furtado, a economia tem um caráter colonial se a dinâmica de crescimento estiver atrelada a demanda externa pelas exportações. Portanto, o fim de tal sistema se dará quando a evolução da economia estiver ligada aos impulsos do mercado interno¹⁰.

3.1 Transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, Reformas Institucionais e Independência Política

Para Simonsen e Caio Prado, a mudança da Corte para o Brasil e as reformas institucionais introduzidas por D. João VI representam um importante marco para as transformações políticas e econômicas que se sucederam. Simonsen (1969) aponta que internamente, já no século XVIII, havia a formação de alguns sentimentos no sentido de autonomia brasileira. A estabilização da vida de portugueses em território colonial, o progresso e a formação de capital nesse período, o papel crescente da economia da colônia sobre a metrópole e duas regiões, Norte e Sul, com a formação de uma consciência de autonomia econômica – a primeira pela expansão de suas riquezas e a segunda pelo modo autárquico de vida – formariam o início de uma consciência nacional. Entretanto, a viabilidade de uma nação emergiria somente com tal evento histórico e a consequente inversão política que esse fato estabeleceu.

Simonsen (1969) sublinha e defende o papel de D. João VI como idealizador e realizador de políticas de estímulo ao desenvolvimento nacional durante sua estadia no país. Ele cita a revogação da lei que proibia indústrias no Brasil, fundação do primeiro banco, a isenção de impostos para novas culturas, introdução de colonos, a abertura de novas estradas, entre outros. Em sua interpretação, tais atos seriam provas incontestáveis da determinação do governo em valorizar o país e transformá-lo em um grande império¹¹. A administração portuguesa buscaria manter e transformar a sua nova sede nos padrões nobres

⁷ “Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto” (PRADO JÚNIOR, 2011, p.31).

⁸ Furtado (2001) aponta para a primazia dos interesses do comércio frente aos da colônia, colocando, assim, o centro da gravidade econômica fora do país. O grosso dos benefícios do trabalho realizado na colônia fora desviado para além das fronteiras. Segundo o autor, a pequena fração de renda que permanece era absorvida no âmbito da vida privada de uma pequena minoria e administração se voltara apenas para segurança externa e os interesses do comércio.

⁹ “É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país [...] Este início, cujo caráter se manterá dominante através dos três séculos que vão até o momento em que ora abordamos a história brasileira, se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país [...] O ‘sentido’ da evolução brasileira que é o que estamos aqui indagando, ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização” (PRADO JÚNIOR, 2011, p.32).

¹⁰ Celso Furtado não compartilha da visão de continuidade de Caio Prado. Para ele, há uma ruptura com o processo de industrialização brasileira, na medida em que a economia se “volta para dentro”. Contudo, Furtado (2001) indica alguns atavismos bloqueadores para a construção de uma sociedade democrática e incluyente, que são: concentração de renda e riqueza; atraso tecnológico e o patriarcalismo.

¹¹ Quanto à região sudeste, o Rei teria sido responsável pela ocupação dos sertões através da distribuição de sesmarias a portugueses imigrantes e a distribuição de sementes de café trazidas de Moçambique, estimulando os novos proprietários à adoção de tal cultura. Além disso, executou políticas de incentivo à siderurgia nacional e ordenou a montagem de uma usina “[...] capaz de abastecer o Brasil de ferro” (SIMONSEN, 1969, p. 570). O setor fazia parte das preocupações da administração colonial desde 1765.

de sua tradição de grande império, transplantando para a colônia, por este motivo, organizações e estruturas de uma monarquia absolutista, derrubando aquelas que marcavam uma organização colonial, ao mesmo tempo em que atendendo as novas necessidades desse território. Desse modo, ensejaria uma nova nação capaz de ser independente.

A narrativa de Caio Prado buscou identificar os mecanismos pelos quais a sociedade colonial foi se transformando em uma nação. Sua análise da independência política do Brasil remete a variáveis externas e internas. Entretanto, esse autor considera que a essência dessas transformações deve ser buscada no caráter geral do sistema colonial, o qual não permitiu a formação de um sistema econômico nacional capaz de fornecer a subsistência de sua própria população, dado ter como seu único objetivo o comércio internacional para benefício da metrópole (PRADO JÚNIOR, 1970). Com isso, o autor reitera o condicionamento da formação da sociedade brasileira à estrutura econômica: “Tal base, com o desenvolvimento da população, com o concurso de outros fatores vários, se torna através do tempo, restrita e incapaz de sustentar a estrutura que sobre ela se formara” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 381). Ou seja, na formação social e política brasileira encontram-se diversas contradições que posteriormente servirão como fundamento para as forças renovadoras que desencadearão na independência política, abolição do tráfico e mudança do regime de trabalho (PRADO JÚNIOR, 1970).

Para Caio Prado Júnior, o poder político de Portugal sobre sua colônia também teria chegado ao seu limite entre o final do século XVIII e início do XIX. A metrópole se tornaria um mero intermediário, não sendo consumidor final da produção nacional, de modo a transformar-se em um parasita de sua colônia, auferindo receitas alfandegárias do seu monopólio comercial. Junto a isso, para garantir sua posição, impedia qualquer substituição local dos produtos por ela importados, mesmo que, devido às poucas forças de sua marinha mercante, não atendessem de maneira suficiente as demandas internas. Representando, assim, “[...] um obstáculo intolerável, oposto ao desenvolvimento do país” (PRADO JÚNIOR, 1970 p. 125)¹².

Externamente, surgiria um anacronismo entre as relações entre os países ibéricos e suas colônias, e o contexto internacional durante o final do século XVIII. Por consequência, o declínio do sistema colonial, fundado no pacto colonial, teria resultado em parte de uma transformação profunda na economia internacional: o surgimento do capitalismo industrial em substituição ao decadente capitalismo comercial. Para esse novo sistema econômico, o comércio totalmente livre seria crucial a fim de ampliar a demanda para seus produtos utilizando-se dos mercados mundiais. Portanto, a quebra do monopólio de correntes comerciais de entrada e saída das colônias fazia-se um imperativo para seu pleno desenvolvimento.

Caio Prado relativiza as análises que superestimam a administração de D. João VI. Contudo, ele destaca que as medidas adotadas, como a construção de estradas, portos e políticas migratórias, voltam-se nesse período em parte para os interesses locais, contribuindo para o desenvolvimento econômico do Brasil, pois libertaram a colônia de entraves ao seu livre desenvolvimento e procuraram estimular as atividades econômicas. Tais ações foram os primeiros passos para grande transformação as quais se operariam no Brasil.

Simonsen Caio Prado apontam para as limitações impostas pelo acordo de 1810¹³ no processo de transformação econômica então vigente. Não obstante, a necessidade do acordo com os ingleses para a defesa nacional e para manutenção do fluxo comercial, Simonsen (1969) afirma que tal tratado seria mais favorável aos portugueses do que ao Brasil. Este autor demonstra o aspecto protecionista de suas ideias ao ressaltar as desvantagens para a colônia da adoção, por parte de Portugal, dos princípios liberais, em uma visão de defesa da indústria nacional como fonte de autonomia econômica. Apesar da baixa do custo de vida, consideradas nas análises imediatistas, o tratado de 1810, mesmo após a revogação da proibição da instalação de indústrias na colônia, afetaria negativamente a evolução econômica do país, pois “Este estaria, por dezena de anos, condenado a uma evolução econômica, baseada exclusivamente em política agrária

¹² O modo de constituição da própria monarquia portuguesa se refletiria na incapacidade da execução de reformas efetivas necessárias em face das perturbações sociais levantadas pelas contradições do sistema. A monarquia deveria ser vista como um negócio do Rei e para os interesses dele e sua corte deveria convergir seus resultados. A preocupação política se dirigira somente para as finanças e não para as questões de estruturação econômica e social. Sendo nessa empresa comercial a colônia apenas um setor (PRADO JÚNIOR, 2011).

¹³ Este acordo estabeleceu uma tarifa geral ad valorem de 15% sobre as importações de produtos ingleses, 16% sobre produtos portugueses e 24% aos demais. Após a independência política, especificamente em 1827, o governo imperial estendeu esse tratamento para outras nações. Em 1844 o acordo foi modificado com o reestabelecimento de maiores tarifas.

[...]” (SIMONSEN, 1969, p. 505). A nova política comercial em um ambiente econômico internacional de mudança da técnica de produção e transporte imposto pela revolução industrial seriam danosos ao progresso econômico brasileiro. Porém,

Não era essa, infelizmente, a política comercial que conviria a uma país como o nosso, que apenas iniciava a sua economia independente. Tínhamos que abraçar, àquele tempo, política semelhante à que a nação norte-americana seguiu no período de sua formação econômica. Produtores de artigos coloniais, diante de um mundo fechado por “policiais coloniais”, tornamo-nos, no entanto, campeões de um liberalismo econômico na América. (SIMONSEN, 1969, p. 517).

Na mesma linha Caio Prado afirma que a redução tarifária para produtos transportados por navios ingleses, impossibilitaria o desenvolvimento da manufatura nacional. Em suas palavras: “[...] enquanto perdurou a tarifa primitiva, tornou-se impossível desenvolver a produção nacional num país como Brasil, pobre de recursos, de defeituosa organização produtiva, frente à concorrência quase sem restrições da produção estrangeira” (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 144). O autor argumenta que as alternativas para produção brasileira se restringiram à especialização cada vez maior em poucos gêneros agrícolas destinados à exportação. Passadas as restrições do regime colonial, operava-se a partir de então uma liberdade comercial no sentido de assegurar uma organização econômica disposta somente a produzir tais bens, relegando, assim, a viabilidade das indústrias que tinham conseguido se estabelecer no Brasil (têxtil e metalúrgica). Afirma o autor: “[...] prolongava-se e se agravava assim, embora por efeito de outras circunstâncias, o sistema econômico colonial” (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 134). Surgem, por consequência da desorganização das atividades industriais incipientes e da concorrência de comerciantes de outras nacionalidades, perturbações sociais ao lançar uma massa de mão de obra para a desocupação nos centros urbanos. Somam-se a isso os desequilíbrios na vida financeira do país ocasionados pela transferência da coroa e abertura portuária. Novos hábitos inseridos na sociedade pelos estrangeiros e pela corte geram novas necessidades de consumo, a qual a estrutura produtiva não estaria apta a atender. A demanda direcionada ao exterior, com a oportunidade de tarifas menores, gera contínuos déficits comerciais e desorganização nas finanças de determinadas classes sociais.

Em divergência com Simonsen e Caio Prado, Furtado não enfatiza em sua interpretação a transferência da Corte portuguesa e as reformas institucionais promovidas ela. Para ele, as perturbações políticas na Europa no fim do século XVIII e início do século XIX acelerou a evolução política do país. Por sua vez, a abertura dos portos, em 1808, foi resultado da “imposição dos acontecimentos”. Tais fatos criaram um clima geral de otimismo, gerando, assim, uma aparência de prosperidade. Contudo, ele caracteriza os anos de 1775 a 1850 como período de grandes dificuldades. O resultado líquido deste íterim foi a instalação de um rudimentar sistema administrativo, criação de um banco nacional, pequenas iniciativas do governo e a preservação da unidade nacional¹⁴.

Em oposição a visão de seus antecessores, Furtado não atribuiu ao acordo de 1810 o baixo nível de desenvolvimento da economia brasileira no início do século XIX. Embora reconheça as limitações econômicas impostas, ele argumenta que: “[...] seria um erro supor que aos privilégios concedidos à Inglaterra cabe a principal responsabilidade pelo fato de que o Brasil não se haja transformado numa nação moderna já na primeira metade do século XIX.” (FURTADO, 2007, p. 144). Deste modo, ele aponta para outros elementos, buscando demonstrar que não seria a falta de autonomia para políticas econômicas a responsável pela trajetória brasileira.

Diante da ausência de uma classe comerciante de significativa importância na colônia, os grandes proprietários rurais de produtos para exportação eram a única classe com expressão. Por conseguinte, qualquer que fosse a maneira que se processasse a independência política, estes ocupariam o poder – tendo sua ascensão consolidada com a saída de D. Pedro I, em 1831. Neste momento, a grande agricultura tinha em mente o quão oneroso era o entreposto português e quão vantajoso seria a liberdade de comércio para os mesmos, tendo em vista a redução do preço dos produtos exportados, a redução nos preços das importações, maior abundância de suprimentos, facilidade do crédito, entre outros. O liberalismo, por isso,

¹⁴ Tal unidade é fruto da forma peculiar como se processou a independência política no país, mediante a ausência de conflito bélico: “Se a independência houvesse resultado de uma luta prolongada, dificilmente ter-se-ia preservado a unidade territorial, pois nenhuma das regiões do país dispunha de suficiente ascendência sobre as demais para impor a unidade” (FURTADO, 2007, p.143).

passa a ser adotado como base ideológica da classe detentora do poder. Não haveria, portanto, interesse político para medidas governamentais em direção à mudança da estrutura econômica brasileira.

Logo, os conflitos entre a classe agrícola brasileira e os ingleses no início do século XIX – que contribuíram de forma indireta para a criação de consciência da necessidade de lograr a independência política – não teriam sido originados das divergências de ideologia econômica:

Resultaram principalmente da falta de coerência com que os ingleses seguiam a ideologia liberal. O tratado de comércio de 1810 [...] constitui, na verdade, um instrumento criador de privilégios. Por outro lado, os ingleses não se preocuparam em abrir mercados aos produtos brasileiros, os quais competiam com os de suas dependências Antilhas. **Aplicada unilateralmente, a ideologia liberal passou a criar serias dificuldades à economia brasileira, exatamente na etapa em que a classe de grandes agricultores começava a governar o país** (FURTADO, 2007, p.145, grifo nosso).

Furtado (2007), então, traz a discussão se faria ou não diferença para o desenvolvimento econômico do Brasil uma maior capacidade, restrita pelo acordo de 1827, e vontade governamental para execução de política econômica externa, permitindo a aplicação de tarifas com objetivos protecionistas e fiscais. As baixas tarifas seriam um problema somente no aspecto fiscal por razão das maiores necessidades de gastos de um país independente. Pois, em termos de política comercial, a própria forma de financiamento do governo refletindo sobre a desvalorização cambial resultou em maior efeito protecionista do que “[...] se se houvesse adotado, desde o começo, uma tarifa geral de 50% *ad valorem*” (FURTADO, 2007, p. 151).

Para a economia brasileira ter se desenvolvido no sentido de maior industrialização na primeira metade do século XIX, a condição básica teria sido o incremento na capacidade de importar, em vista da defasagem de base técnica nacional. Tal seria dependente da expansão das exportações, não sendo suficiente a adoção de medidas protecionistas para esse fim. Portanto, a causa do “grande atraso” econômico residiria, principalmente, no estancamento das exportações brasileiras, apesar de não subestimar o papel da atuação governamental. Esse período seria marcado, em termos das contas externas, pelo declínio dos preços dos produtos exportados – açúcar e algodão – e estabilidade nos importados, agravando a situação tarifária vantajosa para importação. Era necessária a reintegração nacional ao comércio exterior não somente para gerar divisas, como também para atrair capitais estrangeiros – no contexto histórico, predominavam as inversões diretas – mediante expansão da economia. Só assim, a economia poderia desenvolver-se ao ponto de alcançar determinado grau de complexidade para voltar-se ao desenvolvimento baseado no mercado interno.

Diante de séculos de imobilidade da estrutura colonial, o início do processo da autonomia política brasileira foi desencadeado por elementos externos. Simonsen e Caio Prado voltam-se mais detidamente sobre tal evolução. Na narrativa do primeiro autor, destaca-se a importância da legitimidade institucional (CHANG, 2008). Para Simonsen, a inversão política e as reformas institucionais realizadas suscitaram o desejo de uma nação capaz de ser independente. Contudo, tal desejo apresenta um respaldo na cultura e nas instituições existentes. Ou seja, encontra legitimidade junto a sociedade colonial. Como exposto anteriormente, Simonsen (1969) afirma que no período anterior a mudança da Coroa já era possível verificar a formação de alguns sentimentos no sentido de autonomia brasileira. Ele elenca a estabilização da vida de portugueses em território colonial, o progresso e a formação de capital nesse período e o papel crescente da economia da colônia sobre a metrópole como responsáveis por essa “consciência nacional”.

Caio Prado constrói sua narrativa evidenciando as contradições do sistema colonial. É no caráter do sistema colonial que se encontra a principal delas. Arelado a isto, tem-se que o poder político de Portugal que havia chegado ao seu limite. Frente a oportunidade histórica internacional, as contradições geradas pela própria estrutura interna geraram forças renovadoras capazes de transformar a colônia em nação. Aponta-se que tal argumentação tem um alinhamento com a construção teórica da EPI. Chang e Evans (2000) destacam a necessidade de se compreender como o processo de construção e sustentação institucional gera tensões e contradições que impulsionam a mudança, bem como os choques exógenos podem desencadear e direcionar tais processos.

A independência política não findou o sistema econômico colonial. Sem diminuir a importância dessa transformação, Celso Furtado pauta sua narrativa buscando elementos que vão permitir tal cenário. Todas as mudanças promovidas pela chegada da corte, que são amplamente debatidas por seus antecessores, não têm a mesma relevância na argumentação de Furtado. Como destacado por Oliveira (2009, p.898): “No “modelo” de Furtado não há lugar para reformas institucionais, a menos que estas tenham provocado

alterações significativas no comércio exterior e, conseqüentemente, na economia”. É possível compreender, portanto, sua interpretação sobre os limites do acordo de 1810 para o desenvolvimento brasileiro.

Tal limitação é explicada pelos interesses da classe que assume o poder a partir de 1931. Em linha com o arcabouço institucionalista, Furtado (2007, p.144) esclarece que para o processo de mudança é preciso uma “[...] correspondência na realidade de interesses dominantes”. Dessa forma, aponta-se para uma necessidade de legitimação institucional (CHANG, 2008). Sua abordagem também nega o “[...] o fatalismo supersticioso das teorias de inferioridade de clima e ‘raça’”. Ele ressalva que é preciso superar o fatalismo e buscar uma significação mais real.

Em oposição a visão de Roberto Simonsen, Celso Furtado pondera o alcance das medidas protecionistas. Ele afirma que a política de D. João VI não fracassa por falta de proteção. Elas são importantes, contudo, é preciso estímulos mais diretos às indústrias. Dessa forma, tal variável não é suficiente para explicar e contrapor com o desenvolvimento dos Estados Unidos no período imediato a sua independência. Furtado (2007) expõe que as diferenças sociais eram profundas. Primeiramente, ele destaca que a classe dominante no Brasil era de grandes agricultores escravistas, já a norte americana era de pequenos agricultores e um grande grupo de comerciantes que dominavam o país. Em segundo lugar, ele afirma que a relação dessas colônias com as metrópoles evoluiu em um sentido muito distinto. Diferentemente da relação com Portugal, as linhas gerais da administração inglesa buscavam fomentar indústrias que não pudessem competir com as da metrópole. Outro ponto destacado é o conjunto de instituições formais e informais no qual a população norte americana estava circunscrita¹⁵. Por fim, ele evidencia o comprometimento do Estado americano, apontando seu viés pró-desenvolvimentista. Por sua vez, os interesses do Estado brasileiro eram alinhados com a nação inglesa. Como exposto, o que gerou conflito, culminando no processo de independência política, foi a falta de coerência da aplicação do acordo. Não havia, por exemplo, disponibilidade de romper com a estrutura de trabalho servil.

Por meio dessa narrativa, observa-se um diálogo entre a interpretação de Celso Furtado e as contribuições teóricas de Hodgson, Chang e Evans. Ele leva em consideração o ambiente institucional, tanto por meio das instituições formais quanto das informais, ressaltando a permeabilidade entre instituições e os indivíduos e as distintas formas de interação social. Por meio dessas considerações, ele explica a evolução da economia brasileira, bem como traça um paralelo com trajetórias de outras nações. A noção de interesse também tem um protagonismo em sua análise. Ao fazer uso dessa dimensão subjetiva, ele busca retratar como os interesses de determinados grupos moldam as instituições e como a visão de mundo de mundo desses agentes vão cercar as possibilidades de transformação.

3.2 A Segunda Metade do Século XIX

O ano de 1850 é considerado um ponto de inflexão na economia brasileira, tal fato é derivado da proibição do tráfico de escravos. Para uma melhor compreensão de sua importância, torna-se necessário revelar o significado da escravidão nas obras de Roberto Simonsen, Caio Prado e Celso Furtado. Estes autores apresentam uma ampla visão sobre tal instituição, destacando sua relevância na formação e evolução da economia e sociedade brasileira. Para Simonsen (1969, p.139), escravidão foi uma “[...] das terríveis instituições de que lançarão mão muitos povos[...]”. Tida como um “imperativo econômico inelutável”, Simonsen argumenta que o português vinha encontrar na América tropical uma terra de vida aparentemente fácil, não sendo possível contar com o colono para o trabalho pesado nos engenhos de açúcar. Incorporando a visão de Alberto Torres à sua análise, Prado Júnior toma a escravidão como a instituição que caracterizaria a sociedade brasileira: “Organização econômica, padrões materiais e morais, nada há que a presença do trabalho servil, quando alcança as proporções de que fomos testemunhas, deixe de atingir [...] seja diretamente, seja por suas repercussões remotas” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 285). Ele argumenta que a escravidão era a mola mestra da vida do país, pois nela repousavam todas as atividades

¹⁵ “[...] as próprias colônias, que se defrontam com dificuldades para efetuar as importações de manufaturas de que necessitavam, desde cedo criaram consciência da conveniência de fomentar a produção interna. Já em 1655 Massachusetts passou uma lei obrigando todas as famílias a produzir os tecidos de que necessitassem. Muitas colônias proibiam as exportações de certas matérias-primas, como couros, para que fossem manufaturadas localmente. Por último cabe referir o extraordinário avanço da indústria da construção naval, a qual desempenharia um papel fundamental no desenvolvimento na época das guerras napoleônicas. Já antes da independência as três quartas partes do comércio norte-americano se realizavam em seus próprios barcos” (FURTADO, 2007, p.154).

econômicas. Celso Furtado (2007), por sua vez, qualifica tal instituição como viga básica do sistema colonial. Juntamente com o poder financeiro dos holandeses, a utilização do trabalho escravo concorre para o êxito da primeira empresa colonial europeia, tida como “condição de sobrevivência para o colono europeu na nova terra”.

Como visto anteriormente, Hodgson (1998) sugere um indissolúvel círculo de determinação mútua entre indivíduos e instituições, em que estes últimos moldam e são moldados pela interação humana. Na denominação de Chang e Evans (2000), tal entendimento intitula-se “papel constitutivos das instituições”. As narrativas de Caio Prado e Celso Furtado apresentam essa compreensão. Para eles, a escravidão influenciou na formação de convenções sociais e hábitos da sociedade colonial. Um exemplo é o caráter deletério do trabalho. A escravidão teria tornado o próprio trabalho um ato pejorativo, e impediu por motivos morais e culturais o uso do trabalho livre na produção colonial. Assim, acabou por inibir mudanças nas formas de produção e acréscimos de produtividade, tonando muito estreitas as alternativas de “ocupações dignas”¹⁶. Para além do rebaixamento da condição do trabalho, Furtado elenca outros elementos:

A escravidão não abastarda menos aqueles que mandam do que aqueles que são mandados. A influência da escravidão na classe senhorial brasileira pode ser estudada no comportamento social e, mais estritamente, na formação dos hábitos de vida familiar. **No primeiro caso, haveria a considerar a tendência do brasileiro para arbitrariedade e para o mandonismo. A tradição do “coronel”, que se firmará na vida política do país, pode ser diretamente entroncada no comportamento do senhor de escravos. A influência da escravidão na moral e na vida sexual do brasileiro só ultimamente vem sendo apreciada.** Durante muito tempo se atribuiu, ora ao clima ora à raça negra, influências que hoje em dia são, com mas justeza, imputadas à escravidão. Sem negar outras possíveis influências, cumpre salientar que o desregramento sexual do brasileiro é uma consequência das relações de senhores com escravos, do abuso de posse da criatura humana. (FURTADO, 2001, p. 128, grifo nosso).

Ao passo da compreensão da relevância da escravidão nas interpretações dos três autores, aponta-se para as diferentes abordagens ao retratar esse período de grandes transformações. Caio Prado argumenta que a Lei Euzébio de Queiroz encerra a fase de transição que se estendia desde a transferência da corte portuguesa em 1808. Tal lei complementou as reformas e ajustes necessários para a integração do país a uma nova etapa de desenvolvimento, em um novo equilíbrio econômico e social, de modo a acalmar agitações sociais e políticas desse período. Afirma o autor:

Ela será o último toque desta série de reformas consideráveis que se sucedem desde aquele momento e que modificariam tão profundamente o país, tornando-o de colônia inteiramente submetida ao exclusivismo mercantil da metrópole portuguesa em Estado soberano, aberto à livre concorrência internacional (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 153).

O regime servil, na visão de Caio Prado (1970), é a mais longa e profunda contradição desse processo de transição. A partir da independência política, a escravidão foi perdendo cada vez mais sua base moral em diversos setores da opinião pública¹⁷. No entanto, não era uma questão amadurecida e unânime nos círculos de maior projeção política e social neste período. Ao mesmo tempo em que gerava um mal-estar em pontos da sociedade, fazia-se indispensável para a produção brasileira. Com isso, a posição escravista foi reforçada após a independência, tendo em vista a ascensão ao poder e à direção política do novo Estado da classe dos proprietários rurais.

¹⁶ “[...] a utilização universal do escravo nos vários misteres da vida econômica e social acaba reagindo sobre o conceito do trabalho, que se torna ocupação pejorativa e desabonadora [...] no campo é a mesma coisa; nenhum homem livre pegaria da enxada sem desadouro” (PRADO JÚNIOR, 2011, p.295-296). Utilizando os termos de um cronista da época, Furtado afirma que os escravos eram considerados “pés e mãos dos senhores”. Assim: “O trabalho livre recua diante do trabalho escravo. E, progressivamente, trabalhar vai se tonando uma coisa indigna para um homem livre. Ninguém quer se confundir socialmente com o escravo, e a maior característica do escravo é o trabalho” (FURTADO, 2001, p. 127). Caio Prado ressalta que a pecuária mineira apresentou um ambiente um pouco diferente do descrito anteriormente. Sele afirma que o proprietário e sua família participavam ativamente do manejo da fazenda: “A presença de escravos, portanto, não aristocratizou o criador sul-mineiro; e a pecuária traz aí, ao contrário da grande lavoura e da mineração, uma colaboração mais íntima de proprietários e trabalhadores, aproximando as classes por um trabalho comum” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 211). O reflexo deste ambiente de intimidade é uma “rudeza de hábitos e modos” nas classes superiores.

¹⁷ Caio Prado Júnior (1970) demonstra, através da citação de pronunciamento do primeiro ministro José Bonifácio Andrada e Silva, a percepção já nos meios políticos dos problemas para constituição de um Estado brasileiro das contradições sociais acarretadas pela escravidão em termos de homogeneização e unidade.

Segundo Simonsen, Caio Prado e Celso Furtado, a oposição internacional teria sido um dos principais fatores que atingiriam a escravidão brasileira, com a Inglaterra exercendo o papel principal¹⁸. Com base na ascendência que então gozava junto ao soberano, a diplomacia britânica empenhou-se para obter a extinção do tráfico de escravos estabelecendo uma sucessão de tratados e acordos direcionando tal questão¹⁹. Contudo, essas leis e acordos foram letra morta por parte das autoridades brasileiras.

A argumentação de Chang (2008) sobre legitimidade da mudança institucional contribui para o entendimento do lento e gradual processo de abolição do trabalho servil. Como já exposto anteriormente, torna-se necessário que as novas instituições (neste caso, as novas leis e acordos com a Inglaterra) gozassem de legitimidade política aos membros da sociedade, possibilitando ecoar na cultura/instituições existentes. A noção de eficiência e interesse no processo de mudança, delineados por Chang e Evans (2000), também fornece um interessante arcabouço. A resistência em abolir o trabalho servil está relacionada a sua visão de eficiência, algo subjetivo e amparado pela racionalidade limitadas dos agentes econômicos. Ao destacar que o grupo que assume o poder político em 1831 são os proprietários rurais, Caio Prado e Celso Furtado visam ressaltar a visão de mundo, ou melhor, “modelo mental” desses agentes. Segundo Prado Júnior, tal “modelo” estava circunscrito ao que ele intitula de “célula fundamental da economia agrária brasileira”, baseada na grande propriedade, monocultura e trabalho escravo. Dessa forma, os interesses desta classe estavam direcionados a manutenção do *status-quo*. Na interpretação de Furtado, encontram-se elementos que reforçam esse argumento. Para este autor, a economia escravista primário-exportadora é caracterizada pelo crescimento extensivo. A produção se ampliava pela incorporação de novas áreas de terra e escravos, com as mesmas técnicas e sem o aumento de produtividade. Assim, ela era capaz de resistir longamente às fases de declínio, sem alterar a sua estrutura, dado que os fatores de produção já estavam presentes e o custo monetário era mínimo.

A falta de comprometimento das autoridades brasileiras com esses acordos agravou sua relação com a Inglaterra, dando origem a sucessivas questões diplomáticas. Só a partir de 1850 foram adotadas medidas efetivas de repressão ao tráfico e ações mais severas e continuadas. Um elemento que veio em favor das pressões inglesas, segundo Caio Prado (1970), seria a posição financeira que os traficantes africanos teriam alcançado no período frente à classe com maior poder político. Embora o desprestígio social cercasse sua função, a riqueza acumulada fazia sombra aos proprietários rurais que, em regra, eram seus devedores.

Para além do fim do tráfico de escravos, a segunda metade do século XIX é marcada por um novo equilíbrio econômico. Segundo Furtado (2007), o café surgiria nesse período como fonte de riqueza e renda, tornando-se o principal produto de exportação cumprindo o papel central na expansão econômica brasileira. Deriva desse contexto o problema de mão de obra. Sob diferentes prismas, os três autores vão abordar as transformações que se sucederam.

A narrativa de Simonsen (1973) fundamenta a transição entre os modos de trabalho pelo “progresso material da civilização”. A abolição e o desencadeamento dos fluxos migratórios para o abastecimento do mercado de trabalho livre estariam relacionados na mesma linha de evolução histórica. Como consequência da utilização da mão de obra imigrante europeia nas lavouras de café, seria diminuída a relevância do trabalho servil. Com isso, o quadro econômico – de expansão e consolidação da economia cafeeira no oeste paulista – foi um elemento fundamental na transição ao trabalho assalariado, tendo em vista a evidência da possibilidade de a cultura prosperar com o colono europeu²⁰.

¹⁸ Furtado (2007) afirma que a Coroa inglesa também procurava defender os interesses antilhanos, que viam no trabalho escravo no Brasil o motivo da redução do preço do açúcar.

¹⁹ Em 1815, os países europeus aboliram o tráfico negreiro ao norte do Equador. A pressão inglesa aprofunda-se com a independência requerendo medidas de contrapartida ao seu reconhecimento da soberania brasileira. Assim, foi assinado em 1826 um tratado que estabelecia que o comércio de escravos fosse considerado pirataria, no prazo de três anos após sua ratificação. No ano de 1831, o Brasil promulga a lei em que o tráfico africano é proibido, considerando-se livres os indivíduos que desembarcam a partir daquela data. Em agosto de 1845 foi baixado, de forma unilateral, o *Bill Aberdeen Act*, que permitia de forma lícita o confisco de qualquer embarcação de tráfico africano, pela frota inglesa.

²⁰ Simonsen (1973) elenca os seguintes fatores que favoreceram a transição ao trabalho livre: i) a natureza arbórea do cafeeiro e a sua longa duração; ii) o progresso da navegação, resultando no barateamento do transporte do imigrante; iii) elevação da população do velho continente; iv) clima temperado do oeste paulista.

Infere-se que a mudança de regime de trabalho, na visão de Simonsen, pode ser relacionada com do arcabouço institucional. Mediante o problema de mão de obra, os produtores paulistas promoveram a imigração. Em face ao trabalho livre, Simonsen (1973) aponta que o trabalho escravo nas lavouras cafeeiras não somente seria inferior pela produtividade do trabalhador individual, como também pelos recursos humanos consumidos para a produção em termos de organização e fiscalização. Portanto, o custo do escravo se tornou elevado em relação a sua produção em razão dos altos adiantamentos necessários e custo de manutenção. Dentro deste contexto, o progresso material alcançado pelos produtores paulistas atuou alterando crenças, hábitos, reduzindo, assim, a relevância do trabalho servil. Ou seja, é na transformação do mundo material e simbólico que se compreende a mudança na noção de eficiência e de interesses dos agentes econômicos envolvidos neste processo.

Antes do progresso material refletido na viabilidade do uso do trabalho livre imigrante na lavoura cafeeira, não havia interesses econômicos para o fim da adoção do trabalho servil, em razão do seu uso e necessidade de modo geral na vida econômica: “No Brasil a ideia emancipadora era pregada pelos espíritos liberais, movidos por sentimentos de respeito à liberdade humana” (SIMONSEN, 1973, p. 258). Assim, esse autor tece críticas às análises que apontam para uma abolição lenta e tardia no país, a qual desconsideraria os progressos imprescindíveis no campo material a serem alcançados para viabilizá-la economicamente.

A narrativa de Caio Prado põe em evidência as contradições na continuidade do trabalho servil. Ele pontua que o desequilíbrio demográfico e de força de trabalho entre regiões agravado pelos deslocamentos internos de escravos faria surgir movimentos emancipacionistas daquelas regiões prejudicadas. Ao mesmo tempo, o princípio de atividades industriais acentuaria tais contradições ao mostrá-lo inadequado e pondo em questão, assim, o quão oneroso seria a adoção desse modo vis-à-vis o trabalho livre. A imigração do século XIX e a escravidão fazem parte “[...] de um mesmo acontecimento fundamental da evolução brasileira, que é a grande transformação do regime de trabalho no país” (PRADO JÚNIOR, 1970, 183). Alternativamente às imigrações do século XVIII e início do século XIX, espontâneas, principalmente de portugueses em busca de novas oportunidades na colônia, os influxos de imigrantes europeus passaram a ocorrer de modo estimulado por política oficial de povoamento ou por meio da iniciativa privada de fazendeiros demandantes de mão de obra (PRADO JÚNIOR, 1970, 2011). As novas relações do imigrante com a lavoura atenderiam melhor aos interesses dos proprietários das fazendas. Por consequência, a região cafeeira, com maior atração dos imigrantes, apresentaria redução contínua da utilização do trabalho servil.

Mas se este progresso do trabalho livre foi em grande parte condicionado pela decadência do regime servil, inversamente ele acelerará consideravelmente a decomposição deste último. Pondo em evidência as duas contradições no que diz respeito a sua insuficiência, tanto quantitativa como qualitativa, irá cada vez mais minando suas bases e apontando para o caminho do futuro. Doutro lado, a presença do trabalhador livre, quando deixa de ser uma exceção, torna-se forte elemento de dissolução do sistema escravista. Através do exemplo e da palavra, ela conspira permanentemente contra a disciplina e submissão do escravo. Se dantes a servidão corrompia o homem livre, agora é a liberdade que corrompe o escravo (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 191).

Por meio dessa narrativa, é possível identificar a importância do papel constitutivo das instituições para compreensão da mudança do regime de trabalho no Brasil. Caio Prado enfatiza as interações sociais, por meio da relação indivíduo x instituição e sua influência bidirecional, como destacado por Hodgson, para demonstrar como o trabalho escravo foi perdendo sua base moral e fundamentação econômica²¹, e também como as relações de produção foram sendo remodeladas. Tal processo foi lento porque, mesmo entrando na discussão política e na vida social pelas contradições que o baseiam, ocorreram avanços de forma somente gradual pela necessidade de harmonização de interesses, observada a detenção do poder político e econômico pelas forças conservadoras e a expansão do café. Observa-se que a argumentação de Caio Prado não foca apenas o contexto material, como faz Simonsen. Ele engloba não apenas a transformação do mundo material, dado o novo equilíbrio econômico, como também destaca o papel

²¹ “O trabalho escravo, outras circunstâncias iguais, é mais oneroso que o assalariado. O escravo corresponde a um capital fixo cujo ciclo tem a duração da vida de um indivíduo [...] forma um adiantamento a longo prazo de sobretrabalho eventual a ser produzido [...] O assalariado, pelo contrário, fornece aquele sobretrabalho sem adiantamento ou risco algum. Nessas condições, o capitalismo é incompatível com a escravidão; o capital permitindo dispensá-la, a exclui” (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 175).

constitutivo do trabalhador livre para explicar as mudanças na noção de eficiência e interesse dos agentes econômicos.

A interpretação de Furtado busca evidenciar as novas circunstâncias que despertaram uma nova fase na história econômica brasileira. A expansão do café tem um papel central, primeiramente por permitir a afirmação da autonomia política. Na medida em que tinha como seu principal importador os EUA, os vínculos comerciais e de solidariedade entre duas nações do mesmo continente contribuiriam para reforçar a relação de independência perante a Inglaterra, permitindo a resistência às pressões inglesas para um novo acordo em 1842, quando expiraria então o vigente desde 1827. A partir de 1844, por consequência, o governo teria capacidade de reajustar as tarifas e fortalecer o poder central mediante maiores recursos financeiros.

Além da independência consolidada, a expansão do café mudaria a estrutura do poder político brasileiro, deslocando-o para os proprietários das lavouras cafeeira²². Para Furtado (2007), nesse período se forma a nova classe empresária, fundamental para o desenvolvimento nacional e para a futura estruturação do poder político no país. Tal classe é formada por empresários comerciais estabelecidos no Rio de Janeiro com o objetivo de aproveitar os novos hábitos de consumo legados pela instalação da Corte, tornando-se essa região o principal mercado de consumo do Brasil. Os empresários ali instalados comerciavam gêneros e animais dos núcleos rurais mineiros para a cidade. O elevado fluxo comercial lhes permitiu acumular capital, o qual posteriormente, com a expansão e a consequente oportunidade de lucro oferecida, seriam aplicados no cultivo do café.

O grande diferencial dessa classe dirigente frente à anterior – a açucareira – residiria no modo de sua formação. Sua origem encontrava-se na experiência comercial, por isso, não se isolariam no processo produtivo deixando as decisões fundamentais da atividade econômica serem tomadas externamente. Pelo contrário, integrariam os interesses das etapas de produção e comercialização, englobando sobre a mesma direção todo o processo, da obtenção dos recursos produtivos à etapa comercial, inclusive considerando dos efeitos da política sobre seus negócios:

Desde cedo eles compreenderam a enorme importância que podia ter o governo como instrumento de ação econômica. Essa tendência à subordinação dos instrumentos políticos aos interesses de um grupo econômico alcançará sua plenitude com a conquista da autonomia estadual, ao proclamar-se República. (FURTADO, 2007, p. 172).

Para Furtado (2007), não seria o controle do governo que caracterizaria essa nova classe dirigente, mas a sua utilização para objetivos definidos em base de uma consciência de seus interesses.

Em um primeiro momento, a formação de um sólido núcleo político e econômico na região central formaria um centro de resistência às forças desagregadoras, estabilizando em parte as perturbações políticas. Entretanto, os interesses heterogêneos a serem atendidos pelo governo central levariam ao incremento da força política estadual, a qual proporcionaria maior inserção da classe dirigente da economia cafeeira na administração política.

Com isso, a expansão do café garantiria as condições econômicas, através do aumento das exportações e da renda, e políticas, pela formação de uma nova classe dirigente organizada, para o desenvolvimento brasileiro. O problema a ser resolvido seria a mão de obra. Um legado da estrutura econômica colonial baseada no trabalho escravo. Para Furtado (2007), o caráter escravista da economia brasileira só se alteraria quando manifestado o problema de mão de obra como resultado da expansão cafeeira e a melhora no preço do algodão, incentivando a cultura do Norte, de modo a restringir os deslocamentos de escravo dessa região.

A nova política imigratória verificada a partir de 1870 somada às condições favoráveis do lado da oferta, devido aos distúrbios políticos na Itália e à desorganização de sua economia, viabilizariam a expansão da economia cafeeira. Ele aponta que a “questão do trabalho servil” foi tratada de forma gradual, tendo em vista o temor dos contemporâneos de uma abolição precipitada:

Constituindo-se a escravidão no Brasil a base de um sistema de vida secularmente estabelecido, e caracterizando-se o sistema econômico escravista por uma grande estabilidade estrutural, explica-se

²² A primeira fase dessa expansão tomaria como base os recursos liberados e ociosos das regiões mineiras decadentes. Com isso, instala-se na região próxima à capital e ao porto com mão de obra escrava abundante proveniente daquelas regiões. No terceiro quartel, a expansão seria de tal monta, devido à recuperação dos preços do produto nos mercados internacionais, que em vista da abolição do tráfico de escravos, causaria pressão para deslocamentos de escravos do Norte para o Sul.

facilmente que para o homem que integrava esse sistema a abolição do trabalho servil assumisse as proporções de uma “hecatombe social” [...] Prevalencia então a ideia de que um escravo era uma “riqueza” e que a abolição da escravatura acarretaria o empobrecimento do setor da população que era responsável pela criação de riqueza no país. (FURTADO, 2007, p. 198-199).

No entanto, este autor destaca que a abolição do trabalho servil não constitui nem criação nem destruição de renda, apenas redistribuição de propriedade dentro da coletividade. O aspecto fundamental para análise econômica seria os efeitos dessa nova distribuição na organização produtiva e na distribuição da renda. “Somente em condições muito especiais a abolição se limitaria a uma transformação formal dos escravos em assalariados.” (FURTADO, 2007, p.199).

Furtado (2007) afirma que a abolição do trabalho escravo foi uma medida mais política do que econômica, tendo em vista que esta tinha maior relevância como base do sistema regional de poder do que como forma de organização produtiva. Não ocorrem, por isso, após a abolição, alterações significativas na estrutura de produção e de renda. Entretanto, a eliminação dessa viga básica do sistema de poder herdado do período colonial constituiu um importante avanço, na medida em que o trabalho escravo era um fator de entorpecimento do desenvolvendo econômico brasileiro.

Em sua narrativa, Furtado ressalta que a transição econômica foi despertada pelas novas circunstâncias trazidas com a expansão da cultura do café. Primeiramente, ela possibilitou quebrar um passivo colonial importante, a tutela da Inglaterra através dos acordos comerciais. Tem-se, a partir de então, o fim de uma importante limitação à autonomia do governo na economia. Em segundo lugar, o novo contexto material também possibilitou a alterações na estrutura de poder. A ascensão de um novo grupo é ponto chave na análise deste autor. Aproximando com a abordagem da economia institucional, indica-se que tal classe é um exemplo histórico do papel constitutivo das instituições. Ao trazer as diferenças entre a classe agrária colonial e a classe cafeeira, Furtado põe em evidencia a dimensão simbólica. Assim, ele narra como os distintos valores e visão de mundo, atrelado a um contexto de autonomia política e econômica foram relevantes na transformação da visão de eficiência e interesses dos agentes.

Na análise da evolução brasileira, os três intérpretes aqui estudados apontam que o processo de mudança institucional é *path dependence*. No tocante a escravidão, Simonsen (1973) indica a concentração de renda, desigualdade social e marginalização da população negra como elementos se preservam na sociedade brasileira, mesmo após a abolição do trabalho servil. Caio Prado Júnior (1970) elenca o racismo e a marginalização dessa população. Ele afirma: “As raças escravizadas [...] mal preparadas e adaptadas, vão formar nela (sociedade brasileira) um corpo estranho e incômodo. O processo de absorção se prolongará até os nossos dias, e está longe de terminado” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 293). Nesta mesma direção, Furtado (2001, p. 129) argumenta: “O peso que representou a população negra, com seu atraso e desajustamento social, se fará sentir até nos dias de hoje. A diferença de raça vinha agravar os males da escravidão em si mesma. A raça seria o estigma que marcaria a decadência dos escravos, fazendo muito mais duradouras as consequências deletérias da instituição”.

A difícil transição entre economia colonial e nacional será o cerne das análises posteriores de Caio Prado. Em oposição a Furtado, que vê no processo de industrialização, nos anos 1930 a mudança do “centro dinâmico” da economia brasileira, portando, o fim do sistema econômico colonial. Caio Prado segue realçando o caráter colonial da economia, destacando os momentos de conservação na história econômica brasileira. Assim, observa-se que a dependência, justificada com o fato de voltar-se para fora, subsistiu a todas as mudanças econômicas e políticas – Independência, República, Abolição, Industrialização, etc. Tais transformações foram fundamentais para economia brasileira, na medida em que sua evolução passou a ser baseada no impulso e comando do desenvolvimento capitalista, e não mais condicionada por um caráter cíclico. Como afirmado por Caio Prado, a economia ascendeu a um novo plano. Contudo, o Brasil manterá a mesma posição relativa nessa nova ordem, “[...] de uma área periférica e simples apêndice exterior e marginal dos centros nevrálgicos e propulsores da economia internacional” (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 55). Ou seja, nos termos institucionalistas, sua evolução apresenta um nítido e importante *path dependence*.

4. Considerações Finais

A tradição institucionalista aponta que a compreensão do processo evolutivo de uma nação perpassa pela análise de suas estruturas institucionais. As instituições moldam as experiências nacionais e permitem diferentes conformações históricas. Fazendo uso deste arcabouço teórico, o presente trabalho

buscou realizar uma comparação das narrativas históricas de Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior e Celso Furtado sobre a evolução da economia brasileira no século XIX, período caracterizado por importantes transformações institucionais.

Sem a pretensão de retomar todas as considerações realizadas, observou-se que, os três interpretes se distanciam de um viés fatalista. Eles constroem suas narrativas buscando evidenciar como os agentes econômicos se adaptaram aos novos contextos ambientais e materiais e como se estabeleceu o processo de mudança de hábitos de pensamento compartilhados. Ao realizar uma comparação das interpretações e traçar um diálogo com o arcabouço institucionalista, foi possível verificar a natureza multifacetada de evolução da economia brasileira. Não se buscou, com este trabalho, apontar para uma narrativa “correta”. O objetivo foi contribuir, por meio de uma nova perspectiva, com o debate sobre as obras dos intérpretes do Brasil.

Embora os objetivos dos autores fossem traçar uma interpretação da história econômica, eles apresentam uma ampla narrativa, envolvendo aspectos políticos, sociais e o contexto internacional. Caio Prado e Celso Furtado realizam tal tarefa mais detidamente. Por meio de suas argumentações, foi possível qualificar o ambiente institucional, bem como a dimensão simbólica dos atores envolvidos no processo de mudança. Os três autores apresentam exemplos históricos do que Chang e Evans (2000) intitulam de “papel constitutivo das instituições”, ou na terminação de Hodgson (1998; 2006) “*reconstitutive downward causation*”. E também demonstram que o processo evolutivo é caracterizado pela dependência de trajetória.

Evidencia-se, portanto, o potencial da economia institucional como marco de análise para entender a formação e evolução da economia brasileira. Como fica nítido nas narrativas dos três interpretes, a compreensão do processo evolutivo de uma nação perpassa pela análise de suas estruturas institucionais. A despeito das revisões de alguns tópicos de suas interpretações, as obras de Roberto Simonsen, Caio Prado Jr. e Celso Furtado se mantêm como leituras necessárias para a compreensão da dinâmica da economia brasileira.

Referências

- BIELSCHOWSKY, R. Formação Econômica do Brasil: uma obra-prima do estruturalismo cepalino. *In*: ARAÚJO, T. P.; VIANNA, S. T. W.; MACAMBIRA, J. (org.). **50 anos de Formação Econômica do Brasil**: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. p. 49-70.
- CAVALCANTE, C. M. A economia institucional e as três dimensões das instituições. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 373-392, set./dez. 2014.
- CHANG, H.-J. **Breaking the Mould**: An Institutional Political Economy Alternative to the Neoliberal Theory of the Market and the State. Genebra: United Nations Research Institute for Social Development, 2001. (Social Policy and Development Programme Paper, 6).
- CHANG, H.-J. Um estudo sobre a relação entre instituições e desenvolvimento econômico: algumas questões teóricas fundamentais. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 10, p. 13-31, 2008. Disponível em: <http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewArticle/117>. Acesso em: 30 nov. 2019.
- CHANG, H.-J. Institutions and economic development: theory, policy and history. **Journal of Institutional Economics**, Cambridge, v. 7, n. 4, p. 473-498, 2011.
- CHANG, H.-J.; EVANS, P. **The role of institutions in economic change**. Paper for the meeting of the “Other Canon” group. Oslo, ago. 2000.
- CONCEIÇÃO, O. A. C. **Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista**. 2000. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
- CONCEIÇÃO, O. A. C. A contribuição das abordagens institucionalistas para a construção de uma teoria econômica das instituições. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v.23, n.1, p. 77-106, 2002.
- CONCEIÇÃO, O. A. C.; GABRIANI, C. R. Institucionalistas e pós-keynesianos – ensaio sobre incerteza em uma economia capitalista financeira moderna. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 1-23, jan./abr. 2019.
- CURI, L. F. B. **Entre a História e a Economia**: o pensamento Econômico de Roberto Simonsen. Dissertação (Mestrado em história econômica) – Departamento de História da Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

- FAUSTO, B.; DEVOTO, F. J. **Brasil e Argentina**: um ensaio de história comparada (1850-2002). São Paulo: Editora 34, 2004.
- FURTADO, C. **A economia brasileira**: contribuição à análise do seu desenvolvimento. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.
- FURTADO, C. **Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII**. São Paulo: Hucitec, 2001.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GRAZZIOTIN, H. A.; AVILA, R. I.; HERRLEIN JÚNIOR, R. A Economia Política Institucionalista e o desenvolvimento. *In*: DATHEIN, R. (org.). **Desenvolvimentismo**: o conceito, as bases teóricas e as políticas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 113-156.
- HODGSON, G. M. Thorstein Veblen and post-Darwinian economics. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 16, n. 3, p. 285-301, 1992.
- HODGSON, G. M. On the evolution of Thorstein Veblen's evolutionary economics. **Cambridge Journal of Economics**, v. 22, p. 415-431, 1998.
- HODGSON, G. M. What Are Institutions? **Journal of Economic Issues**, Sacramento, v. 40, n. 1, p. 1-25, 2006.
- HODGSON, G. M. Downward Causation: Some Second Thoughts. **Geoffrey Hodgson's website**, 1 March 2011. Disponível em: <http://www.geoffrey-hodgson.info/downward-causation.htm>. Acesso em: 30 nov. 2019.
- IGLÉSIAS, F. **Historiografia econômica brasileira**. Introdução à historiografia econômica. Belo Horizonte: FCE-UMG, 1959.
- JAMESON, K. Has Institutionalism Won the Development Debate? **Journal of Economic Issues**, Sacramento, v. 40, n. 2, p. 369-375, 2006.
- MORAES, L. S.; CASTELLI, J. R.; CLEMENTE, L. T. Um teste de quebra estrutural para a hipótese de deslocamento do centro dinâmico na indústria brasileira nos anos 1930. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 40, n. 72, p. 214-230, 2019.
- OLIVEIRA, M.T.R de. O Século XIX, Segundo Furtado. **Economia, Selecta**, Brasília, v.10, n.4, p.887-904, dezembro 2009.
- PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- PRADO JÚNIOR, C. **História e Desenvolvimento**: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- REIS, J. C. **As Identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- SAMUELS, W.J. The present state of institutional economics. **Cambridge Journal of Economics**, n.19, p. 569-590, 1995.
- SIMONSEN, R. C. **História Econômica do Brasil (1500/1820)**. 6. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.
- SIMONSEN, R. C. **Evolução Industrial do Brasil e outros estudos**. 6 ed. São Paulo: Editora Nacional: Editora da USP, 1973.
- VEBLEN, T. The Limitations of Marginal Utility. **Journal of Political Economy**, v. 17. n. 9. p. 620-636, 1909.
- VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa**: um estudo econômico das instituições. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.